

Brasília, 20 de março de 2026

Seleção

Sumário

Migalhas

Quinta-feira, 19 de março de 2026 | ABPI

Ter ou não mecanismo de recomposição de ajuste no prazo de patentes? 3

Quinta-feira, 19 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

MIGALHAS nº 6.311 7

Estadão.com.br - Últimas Notícias

Quinta-feira, 19 de março de 2026 | Patentes

Produtores gaúchos obtêm liminar contra royalties da soja 13

Folha.com

Quinta-feira, 19 de março de 2026 | Marco regulatório | Anvisa

Ozempic e Wegovy: veja o que muda com queda da patente 14

G1 - Globo

Quinta-feira, 19 de março de 2026 | Direitos Autorais

Mercado fonográfico brasileiro cresce 14,1% em 2025 em meio à luta contra abuso... 16

Consultor Jurídico

Quinta-feira, 19 de março de 2026 | Propriedade Industrial

O estilo pessoal de artistas deve ser juridicamente protegido? 17

Diário de Pernambuco - Online

Quinta-feira, 19 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

Domínio público e os limites da proteção autoral 19

Ter ou não mecanismo de recomposição de ajuste no prazo de patentes?



Recentemente, o evento Inovação, patentes e os debates no Legislativo discutiu as propostas de instituição de um mecanismo que recomponha o prazo de vigência de patentes quando o **INPI** - **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** descumprir seus próprios prazos na análise dos pedidos (mecanismo conhecido "PTA"). A proposta é objeto de diversos projetos de leis.

O **INPI** se manifestou contra a instituição de um PTA, rejeitando as propostas, independentemente das regras de funcionamento que o mecanismo teria. Para o Instituto, o PTA não seria necessário, visto que o seu tempo médio de análise de pedidos de patente atual é de 3 anos e 4 meses¹ - como o **INPI** não atrasaria nunca, não haveria necessidade de ajuste.

De fato, o tempo médio do **INPI** hoje é melhor do que no auge do seu atraso no tempo de exame substantivo, quando demorava quase 8 anos para conclusão². Mas, se o argumento do **INPI** tivesse mérito, os principais escritórios de patentes do mundo, cujos tempos médios de análise são melhores³ - Japão (aprox. 1 ano e 1 mês), China (aprox. 1 ano e 3 meses) e EUA (aprox. 2 anos e 2 meses) -, não teriam PTA. E tais países adotaram o mecanismo justamente para que o eventual atraso, exclusivo do escritório de patentes, não prejudique o inventor e o titular.

Ninguém faz seguro de carro ou de vida esperando que o pior aconteça, mas, se acontecer, bom ter a proteção. Essa é a lógica que se aplica perfeitamente à situação atual do **INPI**. Se o instituto possui hoje um tempo médio razoável, amanhã o cenário pode mudar. Segundo dados do próprio INPI⁴, enquanto o número de pedidos tem se mantido constante (média de 27.919 nos últimos 4 anos⁵), o volume de decisões do instituto vem caindo (de 46.704 em 2021 para 25.525 em 2025 e, se excluirmos os arquivamentos, considerando só decisões de mérito, o número cai para 16.953⁶). Isto pode indicar que, talvez, o **INPI** não consiga manter o seu atual tempo médio de análise.

Aliás, quem lida com a Administração Pública brasileira sabe que morosidade é um desafio constante, causado quase sempre pela falta de investimentos na estrutura necessária para acompanhar o volume de trabalho. Foi justamente para que o **INPI** tenha os recursos necessários que a **ABPI** propôs a ação civil pública 5095710-55.2021.4.02.5101. A sentença, que julgou procedente a ACP, foi confirmada em 3/3/26 pelo Eg. TRF2, obrigando a União a "proceder à destinação ao **INPI** das receitas necessárias para a efetivação do plano [...], efetuando seu repasse em atenção ao respectivo cronograma homologado na fase de cumprimento de sentença". Esta deveria ser uma boa notícia para o **INPI**, já que, em 21/2/25, reportagem do Valor Econômico relatou o esforço da atual gestão por mais recursos, para que possa "superar dois problemas comuns: falta de pessoal e orçamento anual abaixo do necessário"⁷. No entanto, curiosamente, o **INPI** recorreu buscando que o Eg. TRF2 revertere a sentença que lhe assegurava mais recursos. Sem os recursos necessários, o **INPI** pode não conseguir manter o seu atual tempo médio de análise.

De todo modo, mesmo que o **INPI** mantenha, como média, tempos de análise razoáveis, ainda assim é possível que haja descumprimentos de prazos e demora irrazoável em pedidos específicos. Mesmo atualmente, há pedidos em que o **INPI** leva mais de 4 anos para proferir o 1º ato⁸. Se, por exemplo, o **INPI** indeferir este pedido e o titular apresentar

recurso administrativo, considerando o tempo médio do **INPI** para julgar os recursos (aprox. 4

anos e 6 meses⁹), o tempo total de concessão pode ultrapassar 10 anos. Se não houver um PTA, o inventor e o titular serão penalizados pelo atraso e pelo erro do **INPI**.



Ricardo Campello Ricardo Campello

Um mecanismo de PTA serve exatamente para corrigir situações excepcionais e garantir um mínimo de tempo razoável ao titular para explorar a sua invenção uma vez concedida a patente. Nos EUA, por exemplo, aprox. 40% das patentes concedidas não receberam qualquer ajuste e em aprox. 75% dos casos, esse ajuste ficou próximo de um 1 ano¹⁰. Se o **INPI** mantiver seu atual tempo médio de análise, provavelmente nenhuma patente receberia ajuste ou se recebesse, seria um ajuste pequeno. Qual, então, o problema em instituir o PTA?

O mecanismo viria para suprir a lacuna deixada pela decisão do STF na ADI 5.529, quando declarou inconstitucional o parágrafo único do art. 40 da lei 9.279. O **INPI** afirma que o PTA "contornaria a eficácia" da decisão proferida na ADI 5.529. Porém, os modelos de PTA propostos nos PLs foram pensados justamente para corrigir os problemas apontados pelo STF com o dispositivo declarado inconstitucional. O PTA não seria automático, pois dependeria de requerimento do titular; não seria arbitrário, pois seria condicionado a existência de atraso exclusivo do **INPI**, definido pelos dias que ultrapassarem os prazos estabelecidos pelo próprio Instituto; nem geraria imprevisibilidade, pois, após regulamentação do **INPI** definindo os prazos e a forma de cálculo do ajuste, será plena-

mente possível prever eventual ajuste, a ser efetivado anos à frente, a partir do acompanhamento do processamento do pedido de patente, o que pode ser feito por qualquer interessado no site do **INPI**. Nos EUA, por exemplo, há até uma calculadora no site do USPTO que permite verificar quanto de ajuste uma patente pode receber.¹¹

Assim, não há qualquer incompatibilidade entre um mecanismo de PTA e a decisão do STF na ADI 5529. Inclusive, o próprio STF destacou a superioridade dos mecanismos de PTA em comparação à extinta regra do parágrafo único do art. 40. E quando os titulares foram ao Judiciário buscar ajustes tipo PTA para suas patentes concedidas com substanciais atrasos, o próprio STF chegou a dizer que a instituição desse mecanismo "precisa de critérios objetivos disciplinados em lei"¹². Os PLs, portanto, estão apenas seguindo essa orientação.

O propósito de um PTA é garantir que, caso o **INPI** venha a descumprir seus prazos, gerando uma demora irrazoável, o titular mantenha um tempo razoável para explorar a sua invenção após a concessão da patente. Isso porque somente após a concessão é que o titular pode exercer o direito da essência de uma patente: impedir que um terceiro explore a invenção patenteada (art. 42 da lei 9.279). Antes da concessão, não é possível exercer tal direito conforme já reconhecido em decisões judiciais¹³. É por isso que, desde a primeira lei de patentes no país, o Alvará de 28 de abril de 1809, sempre houve a preocupação de assegurar um tempo razoável para exploração da invenção após a concessão. E quando se está diante de um infrator consciente - a maioria dos casos, já que dificilmente alguém infringe patente "por engano" - só mesmo o exercício de tal direito, com a ajuda do Judiciário, é que protege o titular. Quem atua protegendo titulares de patente sabe que de pouco adianta a previsão do art. 44 da lei 9.279. Afinal, quem infringe já assumiu o risco de fazê-lo e não será inibido por uma eventual indenização que só será fixada muitos anos depois, após o trânsito em julgado da ação de infração e conclusão da sua fase de liquidação, que definirá o valor a ser pago por meio de um dos três critérios previsto no art. 210 da lei 9.279 (o que por si só já demonstra a complexidade do cálculo). Isso, se o infrator ainda estiver solvente tantos anos à frente.

Na inovação e na capacidade de disponibilizar novas tecnologias para a população, a escolha de adotar ou não PTA define o perfil de país que

temos. A decisão deveria ser por nos aproximarmos de países mais bem posicionados em rankings de inovação, com sistemas de saúde aprimorados, economias desenvolvidas e repletas de empresas inovadoras, como EUA, Japão e China. E todos eles possuem mecanismos de PTA, mesmo com escritórios de patentes bem estruturados e céleres. Por que não o Brasil?



Letícia Bastos Letícia Bastos

1 Tempo contado do requerimento de exame até a decisão de 1ª instância. Fonte: Relatório de Gestão 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/governanca/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/arquivos/documentos/relatorio-de-gestao-2024/>.

2 Tempo também contado do requerimento de exame pelo titular até a decisão de 1ª instância.

3 Fonte: IP5 Statistics Report 2024 Edition. Disponível em: <https://link.epo.org/ip52024stats>. Todos os tempos médios são contados do requerimento de exame.

4 Fonte: Boletim Mensal de **Propriedade Industrial** do **INPI** de Dez/2025. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/estatisticas/arquivos/publicacoes/boletim-mensal-de-pi_resultados-de-dezembro-2025.pdf.

5 Fonte Dados do **INPI** "Anuário Estatístico de **Propriedade Intelectual** 2024", pp. 75 e 84. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/inpi-data/relatorios/anuario-estatistico-pi-2024.pdf>. Acesso em 6/3/2026.

6 Fonte: Boletim Mensal de **Propriedade Industrial** do **INPI** de Dez/2021 e Dez/2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/inpi-data/relatorios/boletins-mensais-de-pi>. Acesso em 10/3/2026.



Natália Toledo Natália Toledo

7 **INPI** busca mais recursos e pessoal para acelerar análise de pedidos de patentes. Disponível em: <https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2025/02/21/inpi-b>. Acesso em 6/3/2026.

8 No processo administrativo da patente BR 10 2018 077333 0, de titularidade da Universidade Federal da Paraíba - PB, o requerimento de exame foi feito em 10/12/2021 e até o momento o **INPI** não proferiu o 1º ato.

9 Média dos nos últimos 12 meses. Banco de dados Licks Attorneys, alimentado pelos dados publicados pelo **INPI** nas RPIs. Dados atualizados até a RPI nº 2878, publicada em 3/3/2026.

10 Dados disponibilizados pelo USPTO, PatEx. Arquivo "pta_summary" de 2022. Disponível em: <https://www.uspto.gov/ip-policy/economic-research/research-datasets/patent-examination-research-data-set-public-pair>.

11 Disponível em: <https://www.uspto.gov/patents/laws/patent-term-calculator>.

12 STF, Rcl nº 53.181/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 19/jun/2022).

Continuação: Ter ou não mecanismo de recomposição de ajuste no prazo de patentes?



Estela Vale Estela Vale

13 Acórdão REsp. 2000.226.

Ricardo Campello Sócio do Licks Attorneys. LL.M
George Washington University.

Licks Advogados Letícia Bastos Advogada do es-
critório Licks Advogados.

Licks Advogados Natália Toledo Advogada do
Licks Attorneys.

Licks Advogados Estela Vale Advogada no escritó-
rio Licks Advogados.

Licks Advogados

MIGALHAS nº 6.311

Quinta-Feira, 19 de março de 2026 - Migalhas nº 6.311.

Fechamento às 07h28.

"A pátria deve proteção igual a todos os seus filhos e não pode enjeitar nenhum."

Joaquim Nabuco

Isonomia

Advogado, candidato com nanismo, reprovado em teste físico de concurso para delegado civil, deverá realizar nova avaliação com adaptações. Ministro Alexandre de Moraes entendeu que a banca desrespeitou a jurisprudência do STF ao negar condições diferenciadas e não demonstrou a indispensabilidade das exigências impostas, determinando a reavaliação. ()

Mudanças na atividade policial

A controvérsia referente ao concurso para delegado civil (nota acima) ocorre em meio à transformação do perfil da criminalidade no país. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que, a cada minuto, quatro brasileiros são vítimas de golpes, majoritariamente pela internet. Enquanto crimes de rua recuam, o estelionato eletrônico avança. ()

Vivíssima da Silva

Durante aula magna, ministra Cármen Lúcia disse que recebeu aviso sobre envio de uma bomba para matá-la. A ministra aproveitou para dizer que está "vivíssima", e que passará dos cem anos "com certeza, até por pirraça". ()

Terras brasileiras, capital estrangeiro

STF retomou julgamento sobre restrições à compra de imóveis rurais por empresas brasileiras com capital majoritário estrangeiro. Após sustentações orais, ministro Gilmar Mendes votou por manter as limitações previstas em lei, acompanhando o relator originário, ministro Marco Aurélio. A análise foi suspensa e será retomada hoje. ()

Pró-restrições

Ministro Gilmar Mendes, ao votar no julgamento sobre compra de imóveis rurais por empresas estrangeiras, destacou que o controle sobre a produção agrícola é questão de soberania. Citando como exemplo o tarifaço imposto pelos EUA ao Brasil, afirmou que a autonomia do país em matéria alimentar é estratégica diante de pressões econômicas externas. ()

Cadê os dados?

No mesmo julgamento anterior, ministro Cristiano Zanin pediu explicações ao Incra - um dos autores das ações - sobre o controle da compra de terras por empresas com capital estrangeiro. O órgão exige, em formulário, que empresas informem a destinação da área, mas admitiu não ter esses dados organizados. ()

Investimento direto

Ainda no julgamento, advogado criticou o modelo de financiamento do agronegócio baseado em crédito estrangeiro, apontando aumento do endividamento e exposição a riscos como câmbio e preço de commodities. Para ele, o problema não é o capital externo, mas sua forma de entrada, defendendo mais abertura ao investimento direto, com participação societária. ()

Fantasma da insegurança

Outro causídico afirmou que a insegurança jurídica é o principal entrave a investimentos estrangeiros no país. Segundo ele, mudanças bruscas de interpretação - sobretudo pelo Judiciário - geram instabilidade e podem afastar capital, especialmente no agronegócio. ()

Citação por edital

Corte Especial do STJ definiu que a citação por edital não exige a expedição de ofícios a órgãos públicos ou concessionárias para localizar o réu. No Tema 1.338, o tribunal fixou que cabe ao juiz, no caso concreto, avaliar se as diligências realizadas foram suficientes, sem necessidade de esgotar todos os meios possíveis. ()

Manipulação grave

CNJ afastou polêmico desembargador paulista, Carlos Henrique Abrão, por 180 dias após identificar alterações em resultados e registros oficiais de julgamentos realizadas após o encerramento das sessões. ()

Violação de deveres funcionais

Mensagens com tom político e declarações consideradas agressivas em grupo de magistrados no WhatsApp levaram à abertura de investigação disciplinar contra desembargadora do TRT-17. ()

Regularização DJE

Empresas têm até o próximo dia 31/3 para regularizar acesso ao DJE. Mudança é obrigatória e visa aumentar eficiência do sistema. ()

Golpe do falso advogado

Câmara aprovou projeto que tipifica o "golpe do falso advogado" como crime autônomo, com pena de até 8 anos de reclusão. ()

Talento em vertigem (acadêmica)

Os leitores do Migalhas, em especial da coluna Migalhas para Estudantes, notarão uma pausa (breve) nas linhas de Gabriel Rodrigues Teixeira. A razão é daquelas que fazem a ausência parecer até um luxo justificável. Em menos de um mês, Gabriel encerrou um ciclo e abriu vários outros: colocou grau de bacharel em Direito pela UNB e, em sequência quase cinematográfica, foi aprovado para os programas de mestrado da Harvard University e da Yale University - isso enquanto já trilhava o mestrado na USP. Não é propriamente uma trajetória; é uma linha reta em alta velocidade. Se este veículo perde momentaneamente um de seus mais promissores colaboradores, a academia internacional ganha um jovem jurista que parece ter entendido cedo aquilo que Guimarães Rosa, pela boca de Riobaldo, ensinou: "o real não está na saída nem na chegada, ele se dispõe para a gente é no meio da travessia". Ficam os aplausos, com a expectativa (quase certa) de que essa pausa é só um capítulo de transição. Em breve, as migalhas voltam. E com mais sapiência.

CDC na Justiça do Trabalho

TST aplicou o Código de Defesa do Consumidor e manteve a devolução em dobro de valores descontados indevidamente da conta de uma funcionária do Banco do Brasil. ()

Controle abusivo

Empresa indenizará por restringir uso de banheiro com cadeado e controle de horário. ()

Dança gatinho, dança

Afastado do trabalho por tuberculose, cabeleireiro foi dispensado por justa causa após ser flagrado dançando profissionalmente em boate durante a licença médica. ()

Aposentadoria penhorada

Juiza autorizou a penhora de 12% de aposentadoria para pagamento de honorários, ao aplicar entendimento do STJ que admite relativização da impenhorabilidade em caráter excepcional. ()

IPVA de locadoras

Ministro André Mendonça pediu vista e suspendeu julgamento sobre lei paulista que amplia a cobrança de IPVA de locadoras. ()

Guarda prioritária

4ª turma do STJ concedeu guarda de duas adolescentes à tia paterna e afastou acolhimento institucional, ao priorizar a família extensa e o melhor interesse das menores. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

ABC do CDC

Desembargador aposentado Rizzatto Nunes comemora 35 anos do CDC, Código que segue garantindo direitos, regulando o consumo e lembrando que a cidadania também se exerce ao comprar e consumir. ()

Migalhas Edilícias

Lisa Barbosa Alves Lima destaca que, embora a lei permita recarga em condomínios, lacunas ainda geram insegurança, conflitos e exigem gestão técnica cuidadosa. ()

Migalhas Marítimas

Lucas Leite Marques, Carolina Calanca e Marília Constanza Roxo Rodrigues analisam o Direito Marítimo e a jurisprudência sobre perdas naturais de cargas a granel, destacando critérios técnicos. ()

Meio de Campo

Rodrigo Rocha Monteiro de Castro analisa como a cultura de pressão e a má gestão no futebol alimentam a instabilidade, ampliam interferências externas e afastam investimentos do esporte brasileiro. ()

Migalhas de peso

- "Ferrogrão: as exigências do TCU", por Melillo Dinis do Nascimento, advogado. ()

- "A verdade em pedaços: De Milton e Mill ao 'Exército de Idiotas' de Umberto Eco", por Paulo Roque Khouri (Roque Khouri & Pinheiro - Advogados). ()

- "Tendências hospitalidade, viagens e lazer para 2026", por Bruno Cação Ribeiro (FAS Advogados, in cooperation with CMS). ()

- "Está chegando a hora das obrigações acessórias!", por Edison Carlos Fernandes e Nahyana Viott Fiatkoski (Fernandes, Figueiredo, Françoso e Petros Advogados). ()

- "O retorno à pré-história da pré-campanha pela jurisprudência do TSE", por Helio Deivid Amorim Maldonado (ABRADEP). ()

- "Semana do consumidor: A importância da compra consciente na prevenção à contrafação", por Lays Serpa (DANIEL). ()

- "Empresas precisam se preparar para as mudanças da reforma tributária", por Jefferson Barbosa (Rueda & Rueda Advogados). ()

- "Autorregulação e inteligência artificial: O desafio da conformidade setorial no PL 2.338/23", por Graziela Fernandes de Mello Bonfim (Capanema&Belmonte Advogados). ()

- "Restituição das tarifas IEEPA", por José Rubens Scharlack (Scharlack - Advocacia de Planejamento Internacional). ()

- "O fim da intermediação passiva: A consolidação da responsabilidade dos marketplaces", por Mariana Motta de Ferreira Lima (Serur Advogados). ()

- "Ter ou não um mecanismo de recomposição de ajuste no prazo de patentes? Porque o 'não' do **INPI** é um argumento para o 'sim'", por Ricardo Campello, Letícia Bastos, Natália Toledo e Estela Vale (Licks Advogados). ()

- "ABNT NBR 17301: O novo padrão de compliance tributário que muda a relação entre o Fisco e o contribuinte", por Felipe Rodrigues Kuster Prado,

Giovana Sousa Ferreira, Gustavo Borges de Melo e Menndel Assunção Oliver Macedo (Menndel&Melo Advocacia). ()

- "Por que clientes jurídicos não saem de repente", por Henrique Flôres (Contraktor). ()

- "As alterações recentes da NR-1 e os impactos tributários da gestão de riscos ocupacionais", por Cristiane Ianagui Matsumoto, Lucas Barbosa Oliveira e Kaio Domingues de Souza (Pinheiro Neto Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Direito Tributário

Trancoso, na Bahia, será palco de mais uma edição do "Congresso Internacional de Direito Tributário do IAT", que acontece de 23 a 25/3. O evento reunirá especialistas para debater os rumos da tributação, com foco na reforma tributária e nos desafios atuais do sistema fiscal. Migalhas, como sempre, fará cobertura in loco, transmitindo aos leitores os temas mais atuais e principais debates em pauta. ()

Assessoria jurídica

Mattos Filho assessorou a Cosan S.A. na reestruturação de dívidas do Grupo Raízen e na apresentação do pedido de recuperação extrajudicial. ()

Operação

Machado Meyer Advogados atuou como assessor legal na primeira oferta pública de valores mobiliários realizada no âmbito do Regime Fácil da CVM. A operação envolveu a emissão de notas comerciais pela Mais Mu, empresa de alimentos saudáveis e suplementos, e representa um marco histórico no mercado de capitais brasileiro. ()

Novo sócio

MJ Alves Burle e Viana Advogados anuncia João Grognet como novo sócio patrimonial. ()

Baú migalheiro

Há 62 anos, em 19 de março de 1964, a Justiça Militar brasileira concluiu o julgamento de militares envolvidos na chamada Revolta dos Sargentos, resultando na condenação de 19 sargentos a quatro anos de prisão em inquérito policial-militar (IPM). O movimento, ocorrido em 1963, foi protagonizado por suboficiais das Forças Armadas que reivindicavam maior participação política e direitos, sendo

considerado um episódio de indisciplina militar. As condenações ocorreram em meio a um ambiente de crescente tensão institucional no país, poucos dias antes do golpe de 1964. (Compartilhe)

Sorteio

Última oportunidade de concorrer à obra "Ligando os Pontos do ESG para uma Nova Dinâmica" (Editora Literare Books International, 304p.), com coordenação editorial de Andrea Ciaffone, Marcel Spadoto e Marcela Argollo. Alexandre Arnone (Arnone Advogados Associados) participa como coautor do livro que traduz teorias complexas em experiências reais, mostrando que prosperar de forma sustentável é possível. ()

Migalhíssimas

Rita Cortez (AJS - Cortez & Advogados Associados e presidente do IAB) recebe o presidente do TST, ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, que palestra no "Seminário de Direito e Processo do Trabalho" sobre o tema "Aspectos constitucionais e contemporâneos do direito e do processo do trabalho". O magistrado falará sobre litigância predatória no evento com transmissão ao vivo pelo canal TVIAB no YouTube. O encontro acontece hoje, às 16h, no RJ (av. Marechal Câmara, 210, Centro). Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados) vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Direito Antidiscriminatório", com o tema "Direito Antidiscriminatório e Concursos Públicos". Amanhã, às 12h, pelo canal do YouTube mentoriaoabrj. () Dia 23/3, a partir das 18h, Gabriela Quartucci (Duarte Garcia, Serra Netto e Terra - Sociedade de Advogados) será painelistas na reunião da Comissão de Imóvel Rural e Contratos Agrários do IBRADIM e da Coordenadoria de Imóveis Rurais da Comissão de Direito Imobiliário da OAB/SP, que discutirá o tema "Novo Prazo da Certificação do Georreferenciamento e os Impactos na Segurança Jurídica". () Como parte da programação comemorativa pelos 57 anos de atuação do Brasil Salomão e Matthes Advocacia, acontece, entre amanhã e 27/3, das 8 às 18h, de segunda a sexta-feira, no escritório em Ribeirão Preto/SP, a exposição fotográfica "O passado manda lembrança". () Janssen Murayama (Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados) é o coordenador acadêmico do curso online "Aspectos Críticos da Reforma Tributária", do IAB. O treinamento será realizado de 31/3 a 7/5, com um grande time

de tributaristas que esclarecerão os principais pontos da nova sistemática trazida pela EC 132/2023 e pelas LCs 214/2025 e 227/2026. () Luiz Edgar Montauray Pimenta, do escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados, participou ontem, em SP, do congresso da Associação Paulista da **Propriedade Intelectual** (ASPI), moderando o painel "Desvio desleal de clientela sob o ponto de vista dos tribunais", com a participação da juíza federal Caroline Tauk e de André Luís Flesch Bretanha Jorge, do Grupo Boticário. Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados é, pelo 2º ano consecutivo, 1º lugar e líder de mercado em Terceiro Setor no Brasil pelo guia "Leaders League 2026". A banca foi, ainda, reconhecida como referência em Direitos Humanos, área incluída pela primeira vez na análise anual em 2025. Esse reconhecimento fortalece o compromisso do escritório com as agendas do Terceiro Setor, responsabilidade social, negócios de impacto, meio ambiente e direitos humanos e o impulsiona a continuar abrindo caminhos de transformação no campo da sociedade civil organizada.

Arbitragem empresarial

CAMARB - **Câmara de Mediação** e Arbitragem Empresarial - Brasil foi reconhecida pelo 9º ano consecutivo na categoria "Excellent" do ranking da "Leaders League". ()

Evento editorial

No dia 26/3, das 18 às 21h, a Thomson Reuters - Revista dos Tribunais promove seu primeiro evento de lançamento coletivo do ano. O encontro acontece na Livraria Martins Fontes da Paulista, em SP. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Maraú

GO/Piracanjuba

RN/Paraná

TO/Pindorama do Tocantins

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

"No primeiro corte em quase dois anos, Copom baixa juro em 0,25 ponto e Selic vai a 14,75%"

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Oil And Gas Prices Jump As Wave Of Strikes Hits Energy Facilities In Iran"

The Washington Post - EUA

"Tensions flare at Mullin's hearing

Corriere della Sera - Itália

"Caro benzina, ecco le misure"

Clarín - Argentina

"El desempleo subió a 7,5% y hay casi 200 mil nuevos desocupados"

El País - Espanha

"El Vaticano ocultó durante décadas los casos de pederastia"

Público - Portugal

"Ministério Público critica PJ por atraso na investigação de crimes de corrupção"

Die Welt - Alemanha

"Kurden-General warnt vor einem neuen Aufstieg des IS"

The Guardian - Inglaterra

"'A dangerous escalation': Israel strikes world's largest gasfield"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"BC reduz taxa Selic, mas prega 'cautela' com efeitos da guerra"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"BC reduz Selic a 14,75% ao ano, em 1º corte de juros sob Galípolo"

O Globo - Rio de Janeiro

"BC baixa juros em 0,25, mas cita guerra ao não prever nova queda"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Governo tenta frear o impacto da alta no diesel"

Correio Braziliense - Brasília

"STF prorroga a investigação do Master. Delação avança"

Zero Hora - Porto Alegre

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Polícia procura homem que invadiu prédio e atirou contra apartamento de ex-companheira no Recife. Caso expõe barbárie da violência contra as mulheres."

Produtores gaúchos obtêm liminar contra royalties da soja



Agricultura

Ação questiona prática de desconto automático de 7,5% na entrega da soja; Bayer diz que vai recorrer

Três produtores rurais do Rio Grande do Sul conseguiram liminar na Comarca de São Vicente do Sul, na Região Central, que suspende o pagamento de royalties da soja transgênica no modelo atual até análise do mérito. A decisão aplica-se exclusivamente aos autores do processo e é passível de recurso. A Bayer, detentora da biotecnologia, informou em nota que recorrerá da liminar assim que for notificada oficialmente.

Ação contesta metodologia dos testes

Segundo a advogada responsável, Angélica Malavolta, as ações foram ajuizadas devido à notificação das cerealistas sobre a cobrança no momento da entrega das cargas. "Esses três agricultores, por exemplo, eles nem começaram a colher. Então, é uma ação com o pedido liminar justamente para não ter esse desconto." Malavolta ressalta que os produtores não contestam a existência dos royalties em si, mas sua aplicação prática para quem não aderiu ao programa de pré-certificação da Bayer - mecanismo pelo qual o produtor declara antecipadamente a tecnologia utilizada na lavoura. A discordância recai sobre o desconto automático de 7,5% aplicado na entrega do grão.

Além da contestação sobre o desconto automático, os produtores também questionam a metodologia do teste aplicado nas moegas. Segundo a advogada, o exame identifica apenas se há biotecnologia pre-

sente no grão, sem distinguir qual geração da tecnologia está sendo analisada. "Chega na moega para descontar a carga e é feito um teste que acusa positivo ou negativo para a tecnologia, mas ele não acusa qual a tecnologia. Então, na verdade, os produtores querem é uma memória de cálculo discriminada para eles saberem pelo que estão pagando."

O argumento central é que, sem um teste específico para cada tecnologia presente no mercado, existe o risco de a cobrança incidir sobre a primeira geração da soja transgênica, cuja **patente** já se encontra expirada e sobre a qual não caberia mais qualquer cobrança de royalties.

O que diz a Bayer

Em nota, a Bayer informou que tomou conhecimento da liminar por meio de redes sociais. A empresa destacou que, assim que notificada judicialmente, adotará as medidas cabíveis "para reversão da decisão, que será válida apenas para os autores da ação".

PUBLICIDADE

A companhia também ressaltou que não existe, até o momento, nenhuma determinação judicial que obrigue a cessação ou alteração na forma de cobrança pelos royalties da tecnologia Intacta, segunda geração de soja transgênica, tampouco na testagem realizada nas moegas.

As ações em São Vicente do Sul são apenas parte dos questionamentos ao modelo de cobrança da Bayer no Estado. Além de processos individuais em andamento, entidades como a Aprosoja e Fetag-RS também movem ações sobre o tema.

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados realizará uma audiência pública, em 8 de abril, sobre a cobrança desses royalties na produção de soja no Brasil.

Ozempic e Wegovy: veja o que muda com queda da patente

A patente da semaglutida, princípio ativo do Ozempic e do Wegovy, vence nesta sexta-feira (20). A exclusividade na fabricação dos medicamentos era da farmacêutica Novo Nordisk. Agora, outras empresas poderão produzir e comercializar medicamentos com a mesma substância no Brasil, desde que autorizadas pela [Anvisa \(Agência Nacional de Vigilância Sanitária\)](#). A expectativa é de queda nos preços de até 35%, segundo projeção da EMS, uma das empresas interessadas em produzir a versão nacional.

Mas o que muda, de fato, para o paciente? Segundo especialistas, por enquanto, não é muito.

A mudança não acontece de imediato. A [Anvisa](#) recebeu 12 pedidos de registro de semaglutida e analisa atualmente as propostas de dois concorrentes da Novo Nordisk: EMS e Ávita Care. Há ainda um pedido de semaglutida em exigência técnica no momento, ou seja, aguardando dados para seguir para análise.

Neuton Ornelas, presidente da Sbem (Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia), acredita que os primeiros lançamentos devem ocorrer ainda no primeiro semestre, mas podem demorar meses para chegar às farmácias. "Não vai ser no dia seguinte", afirma o presidente da Sbem.

O médico espera que a chegada de novos fabricantes resolva um problema vivido pelos pacientes: a falta do medicamento nas prateleiras. O Ozempic chegou a sumir das farmácias brasileiras em alguns períodos, e a maior oferta de produtores deve reduzir esse risco. "A gente espera que haja mais abastecimento", diz o presidente da Sbem.

O histórico de outros medicamentos mostra que a queda de preço após o fim de uma patente não é garantida. Alexandre Hohl, diretor da Abeso (Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica), lembra dois casos opostos.

O primeiro é o da atorvastatina, vendida como Lipitor para controlar o colesterol. Quando a patente expirou, em 2011, os preços despencaram com a entrada de genéricos, tornando o tratamento

acessível a muito mais pessoas. O diretor da Abeso diz que isso transformou a saúde pública.

O segundo caso é mais próximo e menos animador. A liraglutida, outra caneta emagrecedora vendida como Saxenda, teve redução pequena de preço após o fim da patente. Os similares custam quase o mesmo que o produto original: o Saxenda é vendido entre R\$ 870 e R\$ 1.150, enquanto o Olire, versão da EMS, fica em torno de R\$ 760. Uma diferença de 15% a 20%, que se dilui ainda mais quando o Saxenda é encontrado com descontos acima de 30%.

No momento, a [Anvisa](#) tem oito pedidos de registro de liraglutida, além da versão da EMS. Um deles já está em análise.

Para Hohl, a aprovação regulatória é só o primeiro passo. Será na prática clínica, no acompanhamento real dos pacientes, que se saberá se o medicamento ficou genuinamente mais acessível e se manteve a mesma efetividade.

O diretor da Abeso espera que o caso da semaglutida e de outros remédios para obesidade se aproxime do que aconteceu com os medicamentos para colesterol. Segundo ele, seria muito benéfico à saúde pública tornar acessível um remédio que além de tratar diabetes e obesidade, também reduz o risco de infarto e AVC e pode beneficiar pacientes com esteatose hepática (acúmulo de gordura no fígado).

A semaglutida é produzida por um processo biológico, não sintético. Por isso, os novos medicamentos biológicos são chamados de biossimilares, e não de genéricos. Produtos biológicos podem ter pequenas variações entre si, como acontece com as insulinas. Mas, se aprovados pela [Anvisa](#), são considerados seguros e eficazes, explica Ornelas.

Entretanto, a maioria dos pedidos submetidos à [Anvisa](#) são de "análogos sintéticos" que são considerados medicamentos sintéticos novos, segundo a autarquia. Esses produtos podem ser registrados com um grande conjunto de ensaios comparativos ao produto biológico, mas não são genéricos nem similares.

Para quem já usa o Ozempic e pensa em migrar para outro remédio de semaglutida, Ornelas diz que a troca é possível, mas deve ser feita com acompanhamento médico. O presidente da Sbem reconhece que podem existir pequenas nuances na adaptação

ao novo produto. "O tempo vai dizer", afirma, ressaltando que cada caso depende da avaliação do médico responsável.

Hohl lembra que alguns remédios deixam claro que a resposta varia em cada caso. Com diversas versões no mercado do sildenafil, princípio ativo do Viagra, diz, alguns pacientes relataram não notar diferença em relação ao original, enquanto outros disseram que o efeito foi menor.

A obesidade é a única doença crônica sem nenhum medicamento disponível no SUS (Sistema Único de Saúde) . A Abeso entrou com pedido à Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias) no ano passado para incorporar a liraglutida ou a semaglutida ao sistema público, mas o pedido foi negado pelo alto custo.

A chegada de concorrentes acende uma esperança. Com mais fabricantes e preços menores, tanto a Sbem quanto a Abeso acreditam que o governo pode ter mais condições de avaliar a inclusão da substância no SUS. "A concorrência deve contar para que o governo considere incluir essa medicação", diz Ornelas.

É importante distinguir o que aconteceu. A patente da semaglutida não foi quebrada pelo governo. O prazo de proteção simplesmente se encerrou, o que é juridicamente diferente. Ornelas explica que, a partir desta sexta-feira, a Novo Nordisk não tem mais exclusividade sobre a substância. "Venceu o prazo. Não é quebra", diz.

A distinção importa porque, em paralelo, há uma movimentação no Congresso para quebrar a patente da tirzepatida, princípio ativo do Mounjaro . Esse processo continua em curso e sem desfecho certo.

Mercado fonográfico brasileiro cresce 14,1% em 2025 em meio à luta contra abusos, fraudes e manipulações da IA



Após alta no petróleo, europeus decidem ajudar Trump a reabrir Estreito de Ormuz

â« OPINIÃO

â¬ Divulgado esta semana com os dados relativos ao ano de 2025, o relatório anual da Pró-Música Brasil Produtores Fonográficos Associados - instituição que agrega as principais gravadoras e produtoras de música do Brasil - reitera o crescimento contínuo do mercado fonográfico brasileiro.

Em 2025, a indústria fonográfica do Brasil registrou faturamento total de R\$ 3,958 bilhões, cifra que significa crescimento de 14,1% em relação ao ano anterior e que fez o país saltar do nono para o oitavo lugar no ranking fonográfico global. Como esperado, o império do streaming é o responsável por esse crescimento contínuo, concentrando 87% do faturamento do mercado brasileiro.

A difusão dos números indica que o mercado musical digital vai muito bem, obrigado, mas põe em pauta uma questão: quem ganha efetivamente com esse crescimento da indústria fonográfica?

Será que a distribuição dos lucros faz justiça ao artista? Será que os artistas estão tão felizes com esse crescimento quanto as gravadoras e as plataformas de streaming? Somente eles, os artistas, podem responder a essas questões...

Todavia, existe uma questão ainda mais urgente e relevante: a interferência da inteligência artificial na criação e/ou manipulação de conteúdo musical sem o devido pagamento dos **direitos autorais**. Nessa luta, já enfrentada nos últimos anos pela Pró-Música Brasil, é preciso que artistas e gravadoras estejam afinados para combater abusos, fraudes e manipulações feitas por IA.

Com a palavra, Paulo Rosa, presidente da Pró-Música Brasil: "A Inteligência Artificial, principalmente a chamada IA generativa, que é capaz de criar conteúdos de qualquer natureza, requer proteção adequada aos direitos de criadores e produtores de bens culturais. Já a possibilidade de fraude por ação de agentes externos às plataformas de streaming distorce e prejudica os pagamentos de direitos a autores, artistas e produtores reais e legítimos em favor de uma espécie de black market do streaming", alerta Rosa.

O relatório ressalta que, em 2025, foi implementado no Brasil, por meio de decisão judicial, o bloqueio da maior plataforma internacional dedicada à venda de manipulação artificial de likes, seguidores, curtidas e streaming musical, o que a Pró-Música Brasil considera "avanço relevante" no enfrentamento de práticas danosas ao mercado fonográfico digital.

O estilo pessoal de artistas deve ser juridicamente protegido?



A Lei De Direitos Autorais dispõe sobre as obras intelectuais protegidas, mas não há previsão expressa de proteção ao estilo artístico

Opinião O estilo personalíssimo de artistas deve ser juridicamente protegido?

Freepik

No universo da música popular, muitos artistas desenvolvem identidades artísticas facilmente reconhecíveis e associadas pelo público, seja pela forma de cantar, pelo estilo de performance ou por elementos visuais que passam a compor uma verdadeira persona artística.

O debate aqui não é sobre a proteção do estilo musical, da obra ou do fonograma em si, mas sobre a possível proteção da identidade ou persona artística quando esta é explorada economicamente por terceiros.

Diante disso, surge uma questão central: até que ponto a reprodução dessa identidade por terceiros poderia ou deveria gerar responsabilidade jurídica?

O que diz a lei

A Lei nº 9.610/98 (Lei De Direitos Autorais), que regula os direitos autorais no Brasil, dispõe em seu artigo 7º sobre as obras intelectuais protegidas, incluindo, entre outras, composições musicais, fonogramas, execuções fixadas, obras audiovisuais e textos literários.

Contudo, não há previsão expressa de proteção ao estilo artístico, à estética ou à identidade performá-

tica de um artista. Ainda assim, artistas frequentemente constroem identidades artísticas altamente distintivas e reconhecíveis pelo público, que

passam a possuir não apenas valor simbólico, mas também valor econômico e marcário.

Nesse contexto, surge a possibilidade de que a exploração dessa identidade por terceiros possa afetar direitos civis ligados à imagem e à personalidade, previstos nos artigos 11 a 21 do Código Civil.

Além disso, a reprodução da identidade de um artista também pode suscitar discussões sobre concorrência desleal e apropriação parasitária, especialmente quando gera confusão no público ou no mercado.

Criação de confusão na clientela

Nesse sentido, o artigo 195 da Lei nº 9.279/96 (Lei da **Propriedade Industrial**) prevê hipóteses de concorrência desleal relacionadas à criação de confusão na clientela. Diversos artistas ilustram bem a construção de identidades artísticas marcantes. É o caso de Michael Jackson, cuja imagem pública era associada a elementos como a luva branca, o chapéu fedora, o movimento de dança conhecido como moonwalk e um timbre vocal altamente característico.

Spacca

Situação semelhante pode ser observada em artistas da música eletrônica como Deadmau5 e Daft Punk, cujas identidades artísticas são fortemente construídas por elementos visuais, sendo que, no primeiro caso, o uso de um capacete estilizado de rato tornou-se marca distintiva do artista, enquanto no segundo, os capacetes robóticos utilizados pela dupla tornaram-se parte central de sua identidade pública.

Esses elementos funcionam como sinais distintivos capazes de identificar o artista perante o público, aproximando-se, em certa medida, de conceitos como branding, marca e trade dress, ou seja, funcionando como um verdadeiro ativo econômico.

Nesse cenário, surge uma indagação relevante: a ausência de proteção jurídica da identidade artística

poderia incentivar práticas de concorrência desleal? Além disso, a exploração indevida dessa identidade não poderia também gerar confusão para o próprio público consumidor?

Concorrência desleal nos EUA

Nos Estados Unidos, discussões semelhantes são frequentemente analisadas à luz do chamado right of publicity, que consiste no direito de uma pessoa controlar e obter benefícios econômicos decorrentes do uso comercial de seu nome, imagem ou outros atributos identificáveis de sua identidade. Um precedente frequentemente citado nesse contexto é o caso *Motschenbacher v. R.J. Reynolds Tobacco Co* [1], julgado em 1974 pela United States Court of Appeals for the Ninth Circuit.

No caso, o piloto profissional de corridas Lothar Motschenbacher alegou que um comercial de televisão produzido pela empresa R.J. Reynolds utilizava a imagem de um carro de corrida com características visuais distintivas associadas a ele.

O veículo possuía elementos específicos - como uma faixa branca estreita, medalhão oval e pintura vermelha - , que haviam se tornado características identificáveis de seus carros de corrida.

Embora o rosto do piloto não aparecesse no comercial, diversas testemunhas afirmaram ter reconhecido imediatamente o veículo como sendo associado a Motschenbacher.

A corte entendeu que, mesmo sem a identificação direta do indivíduo, a utilização de elementos suficientemente distintivos poderia configurar apropriação indevida da identidade do autor. Esse precedente demonstra que, em determinadas circunstâncias, a identidade de uma pessoa pode ser reconhecida e explorada comercialmente mesmo sem a utilização direta de seu nome ou imagem.

Exploração de ativo criativo

Embora o ordenamento jurídico tradicionalmente não proteja o estilo criativo em si, a apropriação sistemática da persona artística de um criador pode levantar discussões relevantes sobre exploração econômica da identidade, concorrência desleal e proteção da personalidade.

Se a identidade artística possui valor econômico e reconhecimento público, a apropriação sistemática dessa identidade por terceiros talvez não seja apenas imitação artística, mas também exploração indevida de um ativo criativo.

[1] United States Court of Appeals for the Ninth Circuit. *Motschenbacher v. R.J. Reynolds Tobacco Co.*, 498 F.2d 821 (9th Cir. 1974). Disponível aqui

Felipe HeringerÉ Advogado

Domínio público e os limites da proteção autoral



Maria Wanick Sarinho é advogada especialista em **Propriedade Intelectual** do escritório Escobar Advocacia

*Maria Wanick Sarinho - Advogada especialista em **Propriedade Intelectual** do escritório Escobar Advocacia (Divulgação)

A recente entrada em domínio público de personagens clássicos da animação, como Betty Boop e a primeira versão de Pluto, reacendeu um debate importante sobre os limites e os objetivos do direito autoral. No primeiro dia deste ano, essas criações, originalmente publicadas em 1930, passaram a ser de uso livre após o prazo de 95 anos previsto pela legislação dos Estados Unidos para obras lançadas antes de 1978. A medida permite que esses personagens sejam reproduzidos, adaptados e compartilhados sem necessidade de autorização ou pagamento de direitos autorais. No entanto, é fundamental compreender que essa liberação não é absoluta e que outros direitos podem continuar em vigor.

O domínio público é uma etapa prevista no próprio sistema de proteção autoral. Ele garante que, após um período de exploração exclusiva, obras relevantes passem a integrar o patrimônio cultural coletivo, favorecendo novas leituras, pesquisas e criações. Ainda assim, há uma confusão frequente entre direito autoral e outros instrumentos da **propriedade intelectual**. O fato de uma obra entrar em domínio público não significa que todo e qualquer uso esteja automaticamente liberado. Elementos como marcas registradas, versões posteriores dos

personagens ou determinadas identidades visuais

podem continuar protegidos, exigindo atenção jurídica, especialmente em contextos de exploração comercial.

Esse movimento não se restringe aos personagens da animação. Diversas obras literárias e musicais brasileiras também já integram o domínio público, ampliando o repertório cultural disponível para novas interpretações e adaptações. É o caso de clássicos da literatura nacional como "Os Sertões", de Euclides da Cunha, "Triste Fim de Policarpo Quaresma", de Lima Barreto, e "Urupês", de Monteiro Lobato. A ampliação desse acervo livre reforça discussões sobre o papel do domínio público na educação, na economia criativa e, mais recentemente, no uso de obras clássicas por sistemas de inteligência artificial.

No Brasil, a regra geral determina que os direitos patrimoniais do autor perdurem por 70 anos após sua morte, contados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. As regras para entrada no domínio público, entretanto, variam de país para país, o que torna essencial compreender essas diferenças em um cenário de circulação global de conteúdos.

Ademais, o domínio público não representa o fim da proteção intelectual, mas a conclusão de um ciclo que busca equilibrar o incentivo à criação com o acesso à cultura. Esse equilíbrio, a meu ver, torna-se cada vez mais relevante em um ambiente tecnológico e criativo em constante transformação.

*Maria Wanick Sarinho - Advogada especialista em **Propriedade Intelectual** do escritório Escobar Advocacia